

Sumário

Palavras Prévias – 24ª edição (a Parte Geral na Reforma do Código Civil: uma breve reflexão contextualizada).....	29
Apresentação	63
Prefácio	65
 Capítulo I	
Introdução ao Direito Civil	65
1. Noções conceituais sobre o direito e a ciência do Direito	66
2. Acepções da palavra direito.....	69
2.1 Noções gerais.....	69
2.2 Direito objetivo e direito subjetivo.....	70
2.3 Direito potestativo	72
2.4 Direito positivo (e pós-positivismo jurídico) e o direito consuetudinário: as duas grandes tradições jurídicas mundiais	74
2.5 Direito natural	77
3. Instrumentos de Controle Social	78
4. Divisão do Direito (A clivagem entre o Direito público e o Direito privado).....	79
5. O Problema da Unificação do Direito Privado e a Evolução da Codificação no Direito Civil Brasileiro	83
6. O Código Civil de 2002 e os seus Paradigmas (os valores da codificação brasileira)	87
6.1 Os paradigmas (ou diretrizes) do Código Civil de 2002.....	87
6.2 A nova técnica normativa do Direito Civil brasileiro: as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados no Código Civil de 2002	88
6.3 A socialidade	91
6.4 A eticidade	93
6.5 A operabilidade ou concretude	97
7. Conceito (Constitucionalizado) de Direito Civil e a sua Sistematização.....	99
8. Procurando Um Significado para A Constitucionalização do Direito Civil e a Civilização do Direito Constitucional	102
9. A Aplicação dos Direitos Fundamentais (Constitucionais) nas Relações Privadas (A Chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais).....	113
10. A Aplicação dos Tratados e Convenções Internacionais no Âmbito das Relações de Direito Civil (eficácia supralegal das convenções internacionais ou convencionalização do direito civil).....	118

11. A Eficácia (horizontal) dos Direitos Sociais nas Relações Privadas e a tese do Estado de Coisas Inconstitucional – ECI	122
12. O Diálogo das Fontes como Mecanismo de Aplicação das Normas de Direito Privado....	127
13. OS Princípios do Direito Civil e as suas Tendências Contemporâneas.....	132
13.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: a dicotomia estrutural das regras e dos princípios.....	132
13.2 A distinção entre texto, norma, interpretação e aplicação	137
13.3 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras	138
13.4 O que são os princípios normativos?	140
13.5. Um estranho no ninho: os princípios fundamentais, os princípios gerais e os postulados	143
13.6 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito Civil.....	148
13.7 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	151
14. A aplicação do Direito Civil e os desacordos morais razoáveis	1584

Capítulo II

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	161
1. Noções Gerais.....	162
2. As Fontes do Direito	166
2.1 Considerações introdutórias.....	166
2.2 Fontes materiais, formais e não formais.....	166
2.3 Fontes imediatas e mediatas.....	167
3. Interpretação das Normas	171
4. A Necessária e cuidadosa distinção entre Texto, Norma, Interpretação e Aplicação	178
5. Integração das Normas	179
6. Vigência das Normas	188
7. A Obrigatoriedade das Normas.....	196
8. A Eficácia das Leis no Tempo	199
9. Eficácia das Leis no Espaço.....	206
9.1 A aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada (moderada).....	206
9.2 O respeito à ordem jurídica brasileira como filtro para a admissão da legislação ou homologação da decisão estrangeira no território nacional.....	209
9.3 A aplicação da sentença ou do laudo arbitral estrangeiro e a necessidade de <i>exequatur</i> (homologação) do Superior Tribunal de Justiça	211

9.4 Prova dos fatos ocorridos no exterior	217
9.5 O Direito das Famílias e a sua aplicação no espaço (Direito Internacional das Famílias)	218
10. A lei de introdução às normas do direito brasileiro e a segurança jurídica das relações com a administração pública	221
10.1 Proibição de decisão baseada em valores jurídicos abstratos nas esferas administrativa, controladora e judicial	221
10.2 Indicação expressa dos efeitos da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa	224
10.3 Interpretação das normas jurídicas sobre gestão pública	225
10.4 Decisões sancionatórias (punitivas) ou de validade e sua necessária dosimetria	226
10.5 Mudança de interpretação ou orientação sobre as normas de direito público e a modulação eficaz.....	228
10.6 Respeito à confiança: revisões relativas à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa devem se submeter à norma do tempo de sua celebração	230
10.7 Compromisso de ajustamento de conduta para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa	232
10.8 Possibilidade de imposição de compensação	233
10.9 Responsabilidade civil do agente público.....	234
10.10 Possibilidade de consultas públicas.....	239
10.11 Instrumentos para maximizar a segurança jurídica	240

Capítulo III

A Personalidade Jurídica e os Direitos da Personalidade	241
1. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro	242
2. A Pessoa.....	247
2.1 Generalidades	247
2.2 Espécies de pessoas	248
3. A Personalidade Jurídica	250
4. Os Direitos da Personalidade	253
4.1 Breve esboço histórico.....	253
4.2 Noções conceituais: das velhas definições ao dogma fundamental do Direito Civil-Constitucional	254
4.3 Fontes	256
4.4 Características	258
4.5 As liberdades públicas e os direitos da personalidade.....	264

4.6	A possibilidade de colisão entre os direitos da personalidade e a liberdade de imprensa, ou a liberdade de expressão, e o critério de solução adequado (inadmissibilidade do <i>hate speech</i>) e o direito de resposta.....	265
4.7	A liberdade de expressão, os direitos da personalidade e a publicação das biografias não autorizadas.....	274
4.8	Existiria um direito (da personalidade) ao esquecimento?.....	278
4.9	A proteção dos direitos da personalidade e a insuficiência dos argumentos clássicos: a tutela avançada (preventiva e repressiva) dos direitos da personalidade.....	282
4.10	A proteção da personalidade da pessoa morta e os lesados indiretos.....	292
4.11	Classificação dos direitos da personalidade.....	295
4.11.1	Noções gerais: não taxatividade dos direitos da personalidade.....	295
4.11.2	Cláusula geral de proteção da personalidade: o direito à vida (digna) como pressuposto dos direitos da personalidade.....	297
4.11.3	Proteção da dignidade da pessoa humana e o combate ao <i>bullying</i>	299
4.11.4	Direito à integridade física.....	299
4.11.5	Direito à integridade psíquica (moral).....	334
4.11.6	Direito à integridade intelectual.....	364
5.	O Nome Civil.....	380
5.1	Noções conceituais e características.....	380
5.2	O registro público do nome civil em cartório e a compatibilização com a sua natureza personalíssima.....	384
5.3	Elementos componentes do nome civil.....	387
5.4	O princípio da inalterabilidade relativa e as hipóteses de alteração do nome civil.....	390
5.5	Hipóteses controvertidas de mudança do nome civil.....	398
5.6	A tutela jurídica do nome civil (procedimento para a proteção do nome).....	404
5.7	O uso de nome social.....	405
5.8	O nome comercial.....	406
5.9	A tutela jurídica do nome civil.....	407

Capítulo IV

A Pessoa Natural	409
1. Noções Conceituais sobre a Pessoa Natural	410
2. O Início da Pessoa Natural	412
3. O Tratamento Jurídico do Nascituro	413
4. Há Possibilidade de responsabilidade civil da gestante por condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez?	423
5. O Tratamento Jurídico do Embrião Laboratorial (<i>in vitro</i>)	425
6. A Capacidade Civil: A Capacidade de Fato (ou de Exercício), a Capacidade de Direito (ou de Gozo) e a Teoria das Incapacidades.....	427

6.1	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	427
6.2	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	428
6.3	A capacidade de direito e a capacidade de fato	429
6.4	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	430
6.5	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	436
6.6	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	442
6.7	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	450
6.8	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	456
6.9	Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	457
6.10	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	460
6.10.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional)	460
6.10.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatela situações existenciais)	463
6.10.3	A ação de curatela.....	466
6.10.4	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	484
6.11	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	485
7.	A Cessação da Incapacidade e a Emancipação.....	487
8.	O Estado Civil da Pessoa Natural	493
9.	A Extinção da Pessoa Natural: A Morte.....	496
9.1	Noções gerais.....	496
9.2	A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	499
9.3	A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência).....	500
9.4	O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	502
9.5	A comoriência.....	510
9.6	A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	513
10.	Domicílio da Pessoa Natural (Foro).....	520

Capítulo V

A Pessoa Jurídica	527
1. Noções Preliminares: do Reconhecimento da Personalidade Jurídica a Agrupamentos Humanos à Função Social da Empresa (A pessoa jurídica Na Perspectiva Constitucional da Empresarialidade Responsável)	528
2. Escorço Histórico	533

3. Conceito e Elementos Caracterizadores	534
4. Características	536
5. Natureza Jurídica	538
6. Classificação	539
6.1 Quanto à nacionalidade	539
6.2 Quanto à estrutura interna.....	540
6.3 Quanto às funções exercidas	555
7. Começo da existência da pessoa jurídica e a prática de atos jurídicos, inclusive por meio eletrônico	562
8. Grupos Despersonalizados (ou Entes Despersonalizados).....	565
9. Personalidade e capacidade da pessoa jurídica: direitos da personalidade de pessoa jurídica?.....	568
10. Domicílio	573
11. Responsabilidade Civil e Penal da Pessoa Jurídica	575
11.1 Noções gerais e teoria da aparência	575
11.2 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público	577
11.3 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado	589
11.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	591
12. Modificação da Pessoa Jurídica.....	593
13. Extinção da Pessoa Jurídica	595
14. Desconsideração da Personalidade Jurídica (<i>disregard doctrine</i>)	597
14.1 Noções conceituais e fundamento	597
14.2 Breve referência histórica.....	600
14.3 Noções conceituais.....	601
14.4 As teorias maior e menor da desconsideração da personalidade jurídica	602
14.5 Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica.....	606
14.6 A desconsideração da personalidade jurídica no sistema jurídico brasileiro	611
14.7 Desconsideração inversa.....	614
14.8 O caráter episódico do <i>disregard doctrine</i>	616
14.9 Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	616
14.10 A desconsideração da personalidade jurídica e as <i>offshore companies</i>	621
14.11 Desconsideração da personalidade jurídica e os atos <i>ultra vires</i>	622
14.12 A desconsideração expansiva da personalidade jurídica	623
14.13 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Famílias	623
14.14 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Sucessões.....	625
14.15 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito do Direito do Trabalho	626

14.16 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito da Administração Pública	629
14.17 Desconsideração e a declaração de indisponibilidade de bens na liquidação extra-judicial de instituições financeiras	630
14.18 Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica.....	631
14.19 Desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	632

Capítulo VI

Os Bens Jurídicos	635
1. Considerações Gerais: o Objeto das Relações Jurídicas	636
2. Bem e Coisa: Divergências e Aproximações	640
3. Patrimônio Jurídico.....	642
4. Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana.....	645
5. Classificação	649
5.1 Generalidades	649
5.2 Bens corpóreos e incorpóreos	650
5.3 Bens móveis e imóveis	650
5.4 Bens fungíveis e infungíveis	654
5.5 Bens consumíveis e inconsumíveis	656
5.6 Bens divisíveis e indivisíveis.....	657
5.7 Bens singulares e coletivos	658
5.8 Bens principais e acessórios	659
5.9 Bens públicos e privados	666
5.10 Bens no comércio e fora do comércio	668
6. O Bem de Família.....	671
6.1 O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial)	671
6.2 O bem de família no direito brasileiro	672
6.2.1 A dualidade de regimes.....	672
6.2.2 O valor família e a proteção do imóvel do devedor sozinho	674
6.2.3 Natureza jurídica do bem de família	676
6.3 O bem de família convencional	676
6.3.1 Noções conceituais	676
6.3.2 Extensão da proteção	677
6.3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	678
6.3.4 Legitimação para a instituição do bem de família convencional.....	679
6.3.5 Duração.....	679
6.3.6 A questão da solvência do instituidor.....	680

6.3.7	O Ministério Público e o bem de família	680
6.4	O bem de família legal.....	681
6.4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	681
6.4.2	Alargamento do objeto	683
6.4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	687
6.4.4	Característica do bem de família legal	687
6.4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	688
6.4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal	693
6.4.7	Retroatividade.....	701
6.4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	702
6.4.9	Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor	703
6.5	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa sozinha	705

Capítulo VII

Teoria Geral dos Fatos Jurídicos.....	709
1. Considerações Preliminares	710
2. Distinção entre Fato Jurídico e Fato Material (Ajurídico) e a Lógica do Mundo Jurídico...	711
3. Definição do Fato Jurídico	712
4. Classificação dos Fatos Jurídicos.....	714
5. Os Diferentes Planos do Mundo Jurídico.....	715
6. Consequências dos Fatos Jurídicos	717
6.1 Generalidades	717
6.2 Aquisição de direitos.....	717
6.3 Modificação dos direitos.....	719
6.4 Defesa dos direitos	719
6.5 Extinção dos direitos.....	720
7. Fato Jurídico em Sentido Estrito	720
8. Ato-Fato Jurídico.....	722
9. Ato Jurídico	723
10. Negócio Jurídico	726
10.1 Noções gerais.....	726
10.2 Definição	727

10.3	Características e breve esboço evolutivo	728
10.4	Classificação	731
10.5	Regras de interpretação do negócio jurídico	734
10.6	Diferentes planos (dimensões) do negócio jurídico	739
10.7	Plano da existência e seus pressupostos (elementos de existência)	740
10.8	Plano da validade e seus requisitos: a invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico	742
10.8.1	Considerações gerais sobre o plano da validade	742
10.8.2	Os requisitos da validade	742
10.8.3	A representação no negócio jurídico	744
10.8.4	A invalidade do negócio jurídico	752
10.8.5	A conservação dos atos e negócios jurídicos (aproveitamento da vontade): ratificação, redução parcial e conversão substancial	761
10.8.6	A simulação	767
10.9	Plano da eficácia e seus fatores	771
10.9.1	Generalidades	771
10.9.2	Condição	772
10.9.3	Termo	774
10.9.4	Modo ou encargo	775
10.10	Defeitos do negócio jurídico	776
10.10.1	Generalidades	776
10.10.2	Erro ou ignorância	777
10.10.3	Dolo	783
10.10.4	Coação	786
10.10.5	Lesão	788
10.10.6	Estado de perigo	794
10.10.7	Fraude contra credores ou Fraude Pauliana	796
10.11	O negócio jurídico e a proteção do terceiro de boa-fé	811
10.12	A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos (autonomia privada no âmbito do processo civil)	812
11.	O Fato Ilícito	815
11.1	Advertência prévia	815
11.2	Noções conceituais	816
11.3	Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude	818
11.4	Tutela preventiva e tutela reparatória da ilicitude	820
11.5	Excludentes de ilicitude	821
12.	O Abuso do Direito	823

12.1	Noções introdutórias e referências históricas	823
12.2	O abuso de direito na ordem civil-constitucional e a sua íntima relação com a boa-fé objetiva	826
12.3	Reconhecimento e efeitos do abuso de direito.....	829
12.4	O abuso de direito e o Código Civil (CC, art. 187).....	830
12.5	Modalidades específicas de atos abusivos (figuras parcelares do abuso do direito)	834
12.5.1	Generalidades	834
12.5.2	A proibição de comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>)	835
12.5.3	A <i>supressio</i> (<i>Verwirkung</i>) e a <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>)	839
12.5.4	O <i>tu quoque</i>	842
12.5.5	O <i>duty to mitigate the loss</i> (o dever do credor de mitigar as próprias perdas)	845
12.5.6	O <i>substantial performance</i> (a tese do inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial)	847
12.5.7	A violação positiva de contrato (tese do inadimplemento fraco ou ruim)	850
12.6	O abuso de direito em concreto (aplicação prática).....	854

Capítulo VIII

Prescrição e Decadência	857
1. Generalidades sobre o tempo nas relações jurídicas	858
2. A Prescrição.....	860
2.1 Noções conceituais.....	860
2.2 Natureza da prescrição e a possibilidade de renúncia	865
2.3 A questão da <i>actio nata</i> e o início da contagem dos prazos prescricionais.....	867
2.4 As causas suspensivas e impeditivas da prescrição e a teoria <i>contra non valentem</i>	871
2.5 As causas interruptivas da prescrição.....	877
2.6 Alegação de prescrição.....	882
2.7 A prescrição, a pretensão, a ação e a exceção substancial	887
2.8 Prescrição intercorrente.....	888
2.9 Os prazos prescricionais no Código Civil e a imprescritibilidade de algumas pretensões.....	893
2.10 Prescrição em matéria tributária.....	898
2.11 A prescrição em sede de Direito Administrativo e o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	899
2.12 A prescrição na tutela jurisdicional coletiva (ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa)	901
3. A Decadência	903

3.1	Noções gerais.....	903
3.2	Espécies de decadência.....	905
3.3	Alegação da decadência.....	907
4.	Distinção entre Prescrição e Decadência.....	908
5.	Prescrição e Decadência e o Direito Intertemporal.....	912

Capítulo IX

A Prova do Negócio Jurídico (A Prova Civil e as suas Dimensões) 915

1.	Escorço Histórico e Importância.....	916
2.	Noções Conceituais.....	918
3.	Prova e Verdade: Reminiscências Imprescindíveis.....	919
4.	Direito Constitucional à Prova Civil.....	922
5.	Natureza Jurídica das Leis Referentes à Prova: a Combinação das Regras do Código Civil com o Código de Processo Civil de 2015.....	923
6.	O Objeto da Prova.....	925
7.	O Ônus da Prova.....	927
7.1	Generalidades e a Teoria da Carga Probatória Dinâmica.....	927
7.2	O ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor.....	930
8.	A Admissibilidade da Prova Emprestada.....	932
9.	O juiz e a atividade probatória (os poderes do juiz na produção de provas e a admissibilidade de provas atípicas, como a prova cibernética e a análise da linguagem corporal).....	934
10.	A Prova do Direito Estrangeiro Quando Admitida a sua Aplicação.....	936
11.	A Questão da Prova Ilícita à Luz da Técnica de Ponderação dos Valores Constitucionais.....	938
12.	Licitude da Gravação de Conversa por um dos Interlocutores.....	942
13.	A Interceptação Telefônica e a sua Excepcional Admissibilidade em Sede Civil.....	943
14.	Possibilidade de Requisição de Documentos e Informações Resguardadas por Sigilo Legal à Receita Federal, ao Banco Central do Brasil e às Instituições Bancárias.....	945
15.	A Revelia e a Prova.....	946
16.	A Confissão.....	947
16.1	Generalidades.....	947
16.2	Natureza jurídica (a confissão como um ato jurídico em sentido estrito: sepultando a polêmica sobre o assunto).....	948
16.3	A anulabilidade da confissão.....	949
16.4	A confissão realizada por quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados.....	950
16.5	A possibilidade de confissão pelo representante da parte.....	950
16.6	Não vinculação do magistrado à confissão.....	951

17. Prova Documental	952
17.1 Generalidades e uma nova concepção de prova documental, admitidos os documentos eletrônicos	952
17.2 Documento público	954
17.3 O documento particular	955
17.4 O telegrama e sua força probatória	958
17.5 Prova através de cópia fotográfica de documento e necessidade de autenticação oficial	959
17.6 Ausência do título de crédito ou do documento original e impossibilidade de suprimimento de prova	960
17.7 Uso obrigatório do vernáculo nos documentos e as regras do Mercosul	961
17.8 Prova documental através de reproduções fotográficas, cinematográficas, registros fonográficos e reproduções mecânicas e a admissibilidade de fotografias digitais	963
17.9 Admissibilidade do documento eletrônico como prova documental	964
17.10 Livros e fichas dos empresários e empresas	965
18. Prova Pericial	966
18.1 Generalidades	966
18.2 Possibilidade de recusa à perícia médica	968
18.3 Perícia médica necessária e a não aproveitabilidade da recusa em submeter-se à perícia	969
18.4 Inaplicabilidade da regra legal a casos específicos de justificada recusa ao exame médico (homenagem ao princípio da proporcionalidade)	970
18.5 A presunção judicial gerada pela recusa e a inutilidade do art. 232 do Código Civil	972
19. Prova Testemunhal	974
19.1 Noções gerais e a Curva do Esquecimento (ou Curva de <i>Ebbinghaus</i>)	974
19.2 Admissibilidade da prova testemunhal	976
19.3 O direito ao silêncio da testemunha e das próprias partes	977
19.4 A produção de prova testemunhal por meios eletrônicos	978
19.5 Depoimento de uma única testemunha como meio de prova	978
19.6 O depoimento especial de criança ou adolescente	979
19.7 Condições de admissibilidade das testemunhas	980
19.8 A possibilidade de escusa legítima do dever de prestar testemunho	986
20. A ata notarial	991

Bibliografia	993
---------------------------	------------